

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: a relação entre educação e
trabalho****YOUTH AND ADULT EDUCATION: the relationship between education and work****Thayane Dias Miranda Santos¹
Mateus da Silva Oliveira²****RESUMO**

Este trabalho é oriundo de uma experiência de Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O objetivo principal do trabalho é refletir acerca da realidade escolar de uma turma de 1º e 2º etapa da EJA situada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Paraíso, município de Brasil Novo-PA. A metodologia do trabalho se efetivou em três fases: 1) observação participante; 2) regência em sala de aula e 3 – o tratamento dos dados coletados que resultou na produção de um relatório. Inicialmente os resultados apontam para uma nova reconfiguração pedagógica na EJA. Cabe ainda destacar, que o retorno destes alunos a sala de aula é marcado por uma sensação de esperança de conclusão desta etapa educacional, e incerteza, haja visto que o público da EJA está marcado socialmente pela relação educação-trabalho, o que em sua maioria impossibilita novamente a caminhada escolar do sujeito.

Palavras-Chave: Educação; Trabalho; Sociedade e Estado.

ABSTRACT

This paper comes from a supervised internship experience in Youth and Adult Education (EJA). The main objective of the paper is to reflect on the school reality of a 1st and 2nd stage EJA class located in the Paraíso Municipal Elementary School, in the municipality of Brazil Novo-PA. The methodology of the work was carried out in three phases: 1) participant observation; 2) classroom supervision and 3 - the processing of the data collected, which resulted in the production of a report. Initially, the results point to a new pedagogical reconfiguration in the EJA. It is also worth noting that the return of these students to the classroom is marked by a sense of hope for completing this educational stage, and

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus Universitário de Altamira. E-mail: thayane.santos@altamira.ufpa.br

² Graduado em Educação do Campo, Esp. Em Letras e Literatura, Professor na Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira. E-mail: mateusoliveira@ufpa.br

uncertainty, given that the EJA public is socially marked by the education-work relationship, which for the most part makes it impossible for the subject to go back to school.

Keywords: Education; Work; Society and State.
Calibri, tamanho 10, normal, espaço simples.

1 INTRODUÇÃO

Este simbólico estudo sistematiza uma experiência de estágio supervisionado na EJA em turma de 1ª e 2ª etapa de uma escola pública situada em uma cidade localizada às margens da BR Transamazônica, região Norte do Brasil.

A EJA é uma modalidade de ensino ofertada para pessoas que não concluíram a Educação Básica na idade correspondente. Vale ressaltar que a Educação Básica está representada oficialmente pela Educação Infantil (0 aos 5 anos), o Ensino Fundamental (6 aos 14 anos) e Ensino Médio (15 aos 17 anos). Segundo a Lei de Diretrizes de Bases—LDB/1996, “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 2017).

O público-alvo dessa modalidade são os jovens, adultos e idosos que não tiveram oportunidade de continuar os estudos na idade definida como correta pelo sistema educacional brasileiro. Neste contexto, emerge a diversidade da EJA, uma vez que as salas da EJA são compostas por uma variedade de sujeitos, de diferentes grupos sociais, gênero, faixa etária de idade etc., entretanto, suas histórias se cruzam ao retornarem à sala de aula, já que a maioria deste público no passado deixou a vida estudantil devidos motivos sociais de força maior, por exemplo, o trabalho, a constituição de família entre outros motivos.

A Educação de Jovens e Adultos exerce três funções importantes: a função *reparadora* que tem o objetivo de desenvolver a escolarização não realizada na fase indicada. A função *equalizadora* diz respeito às políticas públicas educacionais, para aqueles cidadãos e cidadãs que foram excluídos em razão da falta e/ou impedimento de continuar seu processo de escolarização e por fim a função *qualificadora* onde o objetivo é possibilitar o aprendizado por toda a vida evidenciando o principal objetivo da existência da EJA (BRASIL, 2000).

Outro elemento que diferencia a EJA é ao tocante a sua metodologia, na EJA esta deve ser diferenciada, fugindo da metodologia tradicional do ensino regular, nesta modalidade de ensino o educador é convidado a exercitar o papel de um *docente adequador*, ou seja, este deve

passar a adequar os conteúdos programáticos de acordo e a partir das necessidades e realidade de seus alunos, assim, este trilha rumo ao que se denomina de aproveitamento dos conhecimentos prévios que cada um dos sujeitos da EJA carrega com si. Entretanto, não confundamos a adequação desta metodologia com a definida Pedagogia Salvadora, onde é ofertado um percurso formativo que guia os estudantes para a saída da ignorância, da incultura, da pobreza etc., na verdade, estamos aqui debatendo sobre Outros Sujeitos, que mediante as suas resistentes presenças anunciam a exigência de Outras Pedagogias (ARROYO, 2014).

Na busca pela construção desse conhecimento é necessário haver o *diálogo*, superando a educação bancária (FREIRE, 1987, p. 34), transformando a sala em um espaço de ativa construção de conhecimento entre alunos e alunas e o professor. A educação não se trata apenas de ler e/ou escrever para o público da EJA, a escola para estes sujeitos necessita ser local de acolhimento na medida que se desenvolve as “habilidades” de aprendizagem, superando a ideologia de educação compensatória, assim construindo um espaço escolar que ofereça elementos suficientes para a concretização de uma vivência de experiências socioeducativas transformadoras.

Neste relato será discutido as vivências no estágio com os alunos da EJA. Serão abordados aspectos essenciais desse momento como a observação, regência e a relação trabalho e educação. O objetivo principal é analisar a realidade escolar de uma turma de 1ª e 2ª etapa da EJA e a relação educação-trabalho. O processo metodológico deste trabalho é constituído por fases distintas que se complementam, sendo elas: observação participante, cujo objetivo era conhecer o espaço escolar e seus sujeitos em uma perspectiva de aproximação do lócus de pesquisa; a regência em sala de aula, que durou três dias e o reflexão sobre educação e trabalho.

2 REFLETINDO SOBRE A EXPERIÊNCIA: A OBSERVAÇÃO

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Paraíso, município de Brasil Novo-PA, sede do estágio, possui duas salas destinada às turmas de EJA, na qual uma contém os alunos da 1ª etapa e 2ª etapa, e a segunda os alunos da 3ª etapa. Nas turmas de 1ª e 2ª etapa há um total de 18 estudantes e dentre estes há um aluno PCD (Pessoa com deficiência). A escola funciona em período diurno (matutino e vespertino). Pontuando sobre a estrutura escolar, esta

apresenta uma estrutura física de boa qualidade, com salas climatizadas, meios de acessibilidade garantidos etc.

Ao que se trata das aulas, estas são ministradas três vezes por semana, de segunda-feira a quarta-feira, nos demais dias, quinta-feira e sexta-feira, os professores permanecem na escola cumprindo um denominado “Plantão Pedagógico”, que é a disponibilidade dos educadores para eventuais esclarecimentos de dúvidas e auxílio das atividades de seus alunos que se dirigiram a escola na busca de tais respostas/ajuda.

Desse modo, é possível visualizar o nascimento de uma configuração da EJA, em que os dias letivos (de aulas presenciais) se reduzem a três. O esclarecimento apresentado para a adoção deste novo formato de rotina escolar, está baseado na flexibilização de conteúdos em sala de aula, uma vez que ao encaminhar tarefas para domicílio a escola busca desenvolver a autonomia do estudante, à medida que exercita a revisão dos conteúdos ministrados anteriormente nas aulas presenciais. Verificou-se também, que o planejamento da professora regente das turmas de 1ª e 2ª etapa é realizado com ênfase em conteúdo de alfabetização e ocorre em período quinzenal. A professora está no seu segundo ano consecutivo ministrando aula para as turmas de 1ª e 2ª etapa, ela afirma que “é um grande desafio, mas gosta muito dessa modalidade”.

Sobre o público da turma, notou-se a predominância do público feminino no espaço, as mulheres representam um quantitativo de pouco mais de 60% do grupo, outro elemento que emergiu durante a observação está relacionado à grupo étnico dessas alunas, destas, mais de 50% são mulheres negras e pardas, o que nos faz destacar aqui a reflexão feita por Costa (2009, p. 17) que “as mulheres negras ainda têm pouco acesso à escolarização e, em sua maioria, encontram-se no mercado informal de trabalho, particularmente em atividades domésticas”, assim podemos inferir a existência de uma clara segregação de raça e gênero ao que se trata do acesso à educação das mulheres negras em nosso país, que historicamente acompanha esse grupo social desde à invasão (colonização) portuguesa. Sobre a variação de idade dos alunos/alunas, esta varia de 28 a 82 anos, digamos que uma característica típica dos sujeitos da EJA.

Ainda sobre a observação, não podemos deixar de refletir sobre a presença de um aluno PCD na turma, a nossa Constituição Federal assegura destaca, como já sabido por todos nós, a educação é direito de todos e dever do Estado e da Família, e esta assegura o atendimento educacional especializado as “pessoas com deficiência”. O que se pontua aqui, não se trata

sobre o cumprimento do direito de acesso à educação deste educando, mas sim, sobre o impacto/importância de sua presença neste espaço. Ao se fazer presente este nos leva refletir/lembrar de que outros corpos com especificidades particulares existem e estão ativos na vida educacional, superando a ideologia de que estes necessitam de uma *educação isolada*. Ainda, percebemos que a educadora sempre buscava inserir, de maneira pensada a este aluno, nas atividades coletivas, mantendo-o em total contato com os demais colegas, evitando o seu distanciamento dos demais colegas de turma.

3 A REGÊNCIA

Durante a regência, optou-se por seguir o planejamento escolar que a professora titular havia planejado para seus alunos, uma vez que neste planejamento estava pensado o exercício de revisão da disciplina de Matemática, pois logo em seguida aconteceria a semana de avaliação. Assim, buscando não interferir bruscamente na rotina escolar, mas sim somar a esta. Conforme comentado na aula anterior (observação), o propósito da educadora regente era ensinar sobre o sistema monetário brasileiro, desse modo foi traçado um plano de aula coletivo sobre o tema mencionado.

A princípio, foi informado para os alunos que durante aquela semana as aulas contariam com o auxílio das estagiárias, e a professora titular estaria observando, todos demonstraram grande aceitação e empolgação. Deste modo, realizou-se uma introdução acerca do tema e um relato histórico dos sistemas monetários que o nosso país já havia adotado no decorrer dos anos, sempre buscando guiar a aula a partir dos conhecimentos particulares dos, pois dada a variedade de idade entre o grupo alguns destes vivenciaram a fase de troca de moeda brasileira, por exemplo, o período que deixamos o cruzado e adotamos o real, e ainda, tentava-se valorizar estes como agentes construtores da própria aula. Esse exercício promove um ambiente seguro e estimula a participação dos alunos, o que é essencial para um aprendizado significativo.

De acordo com Júnior *et al.* (2023) é crucial criar um ambiente positivo, seguro e acolhedor para o processo de aprendizagem dos estudantes ser eficaz, ou seja, um ambiente onde alunos se sintam seguros para expressar suas ideias, assumir riscos e aprender com os erros, outra característica é que neste ambiente existe a valorização da diversidade, a inclusão

e o respeito mútuo entre todos os envolvidos no processo educativo (p. 325). Segundo os mesmos autores, quando os alunos se sentem apoiados e valorizados, eles têm maior motivação para se envolver ativamente nas atividades escolares, buscar novos conhecimentos e desenvolver habilidades essenciais para a vida (2023, p.326).

Desse modo, buscou-se a valorização dos conhecimentos prévios dos alunos e assim promover a interação em sala para que a aula não fosse maçante e cansativa. Foi observado a grande participação e interesse pelo assunto. Após a explanação do conteúdo iniciou o bingo. Cada cartela possui valores monetários como R\$ 0,60 centavos, R\$ 200,00 reais, R\$ 2,50 e assim sucessivamente. O objetivo principal desta atividade foi estimular a associação dos valores monetários com os numerais. Os dois primeiros ganhadores receberam apostilas confeccionadas pelas estagiárias, na quais continham quebra-cabeças, questões matemáticas simples como adição subtração e divisão, curiosidades sobre o nosso estado com textos curtos para treinarem a leitura e desenho da bandeira do Pará para pintarem. Essa apostila foi pensada e planejada conforme as necessidades observadas em sala.

Figura 1: Vencedores do Bingo.



Fonte: acervo pessoal.

Essa atividade além de reforçar a relação entre os números e os valores das cédulas também deixou a turma bem interativa trazendo feedbacks positivos. O bingo continuou e a

animação de cada um aumentava, os outros brindes foram salgadinhos e doces, todos reagiram muito bem aos seus prêmios.

4 O REFLETIR

Historicamente, o ensino de jovens e adultos esteve durante boa parcela histórica destinado apenas à alfabetização de seus educandos, o que esvaziava, portanto, o letramento destes. No período imperial essa modalidade possuía um caráter de caridade. Segundo Strelhow (2010, p.51) “é importante ressaltar que a educação de jovens e adultos era carregada de um princípio missionário e caridoso”, dessa forma, “a alfabetização de jovens e adultos deixa de ser um direito para ser um ato de solidariedade”. O autor ainda destaca que no início da República a situação só se agravou, pois consideravam os jovens e adultos analfabetos como *incapazes de decidirem por si*. Nesse período o voto ficou restrito a pessoas com posses e alfabetizadas, fortalecendo a ideia de que o analfabetismo era uma praga que precisava ser erradicada e que caberia a estas pessoas somente o Trabalho, assim sendo produtivas estas contribuiriam para o desenvolvimento do país.

Em 1934 é criado o primeiro plano na história da educação que atendia especificamente a modalidade da EJA, o Plano Nacional de Educação, contudo havia muitos avanços a serem alcançados (STRELHOW, 2010). Na década de 1990, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na qual a EJA é caracterizada como uma *modalidade de ensino com especificidade própria*. Anteriormente conhecido como supletivo, essa modalidade ficava às margens da atenção dos governantes, contudo, com a crescente demanda esta conquista uma posição favorável de atenção, assim tornando-se uma modalidade necessária e permanente. O EJA não foi criado pela boa vontade dos governantes, mas sim para qualificar essa parcela da população e ingressá-los na roda do capitalismo. Desse modo, o objetivo principal foi atender as necessidades do mercado de trabalho que cada vez mais precisa de pessoas qualificadas.

Um dos maiores desafios dessa modalidade é a evasão escolar, visto que o enfoque das políticas é em fornecer o ingresso do aluno na escola, todavia a sua permanência é negligenciada. A escola esquece que com o aluno também deve-se matricular sua cultura, como nos lembra Arroyo (2014, p. 33) as pedagogias escolares são as mais cercadas e fechadas a definir critérios rígidos de validade e até de não reconhecimento da validade dos saberes, modo

de pensar e de pensar-se, de aprender e de educar-se que os educandos levam às escolas. Sendo assim, estes sujeitos são obrigados a ocultarem suas indagações e experiências sociais, e é neste momento que muitos optam por abandonarem a escola pela primeira vez ou segunda.

Para os professores, o desafio é contínuo, por requerer uma reflexão sobre suas práticas, um olhar para além da sala de aula e a valorização dos conhecimentos de seus alunos. Strelhow (2010, p.49–50) afirma que o docente precisa resgatar junto aos alunos suas histórias de vida, tendo conhecimento de que há uma espécie de saber desses alunos que é o saber cotidiano, uma espécie de saber das ruas, pouco valorizado no mundo letrado e escolar.

A partir dessa perspectiva, cabe ao professor pensar metodologias que envolvam esse público tão diverso nas aulas, de modo a chamar sua atenção e possibilitar a compreensão do assunto. Há também outros aspectos a serem considerados, sobre os desafios da docência nessa modalidade, entre eles está a dupla jornada de trabalho, visto que boa parte dos profissionais da EJA também lecionam no ensino regular no contraturno.

Porém, devemos aqui lembrar que o ser Educador em nossa sociedade já é pensado/tomado como um sujeito acumulador de conhecimento, onde este somente necessita de seu público, um espaço com quadro, carteiras, alguns livros e pinceis para desenvolver a tão Utópica Transformação Social que almejamos para esta nação. Entretanto não sejamos ingênuos, estes educadores necessitam sobretudo de suporte pedagógico, de incentivo salarial, de reconhecimento de seu trabalho, de jornada maior de horatividade para planejamento de suas aulas, formação continuada, e aqui parafraseando Arroyo (2006) “[...] a formação do educador e da educadora de jovens e adultos sempre foi um pouco pelas bordas, nas próprias fronteiras onde estava acontecendo a EJA”.

Mesmo diante destes pequenos desafios citados, não nos esqueçamos que a EJA é uma modalidade de ensino que traz como símbolo a Esperança. Que emerge da negação social do direito ao estudo no período ideal imposto pelo Capital Humano, que em seu maior ato de crueldade contra o homem, destina de maneira quase que “natural” - como defendido/difundido pelo fundamentalismo religioso; de que aos miseráveis, aos indigentes, aos negros, aos moradores das periferias e demais pertencentes à outra margem social (a desfavorecida/inconsciente), o que lhe cabe neste mundo é o personagem coadjuvante de Trabalhador, e ainda, este deve iniciar esta atuação o mais rápido possível, ainda na sua infância e/ou adolescência, pois a ele(s) e ela(s) a *escola não pertence*, o que ficou destinado como seu foi o Trabalho. Trabalhar na juventude/infância para garantir (o não garantido)

envelhecimento com **dignidade**. Pois o trabalho dignifica. Já a educação pertence aos escolhidos. Aos conscientes. Qual dignidade? Quem define o que é dignidade aos dominados? São perguntas para pensarmos (e que tentaremos responder em um trabalho futuro).

Prosseguindo, devemos observar os motivos, as inquietudes que levam estes sujeitos à romperem com a lógica do senso comum de que a escola pertence as crianças, adolescentes e jovens, e de que estes não devem se redirecionar rumo à escola novamente. Por que estes retornam após anos? O que buscam adquirir com este retorno? A volta à escola após 20, 30, 40 anos se dá por múltiplos fatores. Strelhow afirma que

Existem muitos motivos que levam esses adultos a estudarem, como, exigências econômicas, tecnológicas e competitividade do mercado de trabalho. Vale destacar, que outras motivações levam os jovens e adultos para a escola, por exemplo, a satisfação pessoal, a conquista de um direito, a sensação da capacidade e dignidade que traz autoestima e a sensação de vencer as barreiras da exclusão (STRELHOW, 2010, p.50).

Nesse sentido, durante o período de estágio foi observado que os motivos para a volta à escola perpassam o sujeito individual, além de sua realização de sonho em terminar os estudos, estes citam que retornam à escola para “[...] aprender conteúdo da série dos meus filhos”, para assim auxiliar os filhos com as tarefas escolares, aprender a escrever o próprio nome, e conquistar a tão deseja tirar a CNH (Carteira Nacional de Habilitação), ler a bíblia e até garantir melhores oportunidades de emprego. Os alunos têm grande potencialidade se devidamente estimulados, expostos às práticas de ensino que os envolva como sujeitos conscientes no seu processo de aprendizagem.

Mediante observações e conversas informais com os alunos, percebeu-se a animação de cada um em estar em um ambiente que os possibilite a aprender, que os estimule e acredite em seus potenciais. Destaca-se que a boa relação professor-aluno nesta etapa foi o eixo central que alicerçou a base para garantir a permanência de muitos dos estudantes, superando a visão equivocada de que “velho não aprende” (trecho destacado de uma fala de um aluno).

5 CONCLUSÃO

A experiência de estágio supervisionado na da modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos representa uns dos pilares fundamentais na busca pela construção de

profissionais da educação que venham ser comprometidos com seu papel social, oferecendo uma oportunidade ímpar na integração entre teoria e a prática pedagógica.

A imersão nesse contexto educacional dinâmico proporcionou uma vivência enriquecedora no tocante a formação docente, transcendendo para além da apropriação da teoria educacional diariamente discutida em sala de aula, os estágios de modo geral representam a superação dos muros universitários. Cabe ainda pontuar que a interação social com os alunos da EJA foi fundamental para compreender a real dinâmica educacional da EJA. Após observar o processo histórico da modalidade de ensino EJA — parte teórica, e observar o chão da escola, notou-se que mesmo com os avanços legais conquistados ao longo dos anos para esta modalidade de ensino, o descaso por parte dos poderes públicos ainda se faz presente.

É necessário o investimento em formação continuada aos profissionais da EJA, investimento pedagógico que transcende o financeiro na perspectiva de garantir o acesso e permanência dos alunos na sala de aula, e ainda, compreender que somente a EJA não é o suficiente, é urgentemente necessário a criação de mecanismos socioeducacionais que venham permitir a continuidade da trajetória formativa destes educandos, visando seu ingresso nas Universidades Públicas de nosso país.

A esperança da EJA não se trata de esperar a chegada de bons futuros, pelo contrário esta se efetiva no presente na medida que se conquista a emancipação crítica-política desses Sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, MIGUEL G. **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos**. In: Soares, Leôncio Formação de educadores de jovens e adultos / organizado por Leôncio Soares . — Belo Horizonte : Autêntica/ SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. ed. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Brasil. Ministério da Educação. **Parecer Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf.

COSTA, Rosenilda Trindade da. **Jovens negras em processo de escolarização na EJA**. Dissertação (mestrado) —Universidade Católica de Goiás, Departamento de Educação, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JÚNIOR, J. F. C.; MORAES, L. S.; DE SOUZA, M. M. N.; LOPES, L. C. L.; MENESES, A. R.; PONTES PINTO, A. R. de A.; DOS SANTOS, L. S. R.; ZOLOTTO, A. **A importância de um ambiente de aprendizagem positivo e eficaz para os alunos**. *Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, [S. l.]*, v. 6, p. 324–341, 2023. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/116>. Acesso em: 23 abr. 2024.

STRELHOW, T. B. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**. *Revista HISTEDBR On-line, Campinas*, n.38, p. 49–59, jun.2010.